

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.287 - AP (2019/0131290-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : J H A CARNEIRO
ADVOGADO : JOSÉ DOS SANTOS OLIVEIRA - AP001170
AGRAVADO : AMAPÁ GARDEN SHOPPING S/A
ADVOGADO : HUMBERTO ROSSETTI PORTELA - MG091263

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por J H A CARNEIRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, assim resumido:

CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE EMPREITADA. CONSTRUÇÃO DE SHOPPING CENTER. FORNECIMENTO DE MATERIAIS. COBRANÇA CONTRA O EMPREITEIRO E O DONO DA OBRA. NOTAS FISCAIS EMITIDAS EM NOME DO EMPREITEIRO. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE FORNECEDOR E DONO DA OBRA. ILEGITIMIDADE PASSIVA RECONHECIDA. 1) O dono da obra não é parte legítima para figurar no polo passivo da ação de cobrança de notas fiscais emitidas em nome do empreiteiro com quem o fornecedor de materiais contratou; 2) Empreitada e fornecimento de materiais à obra são contratos distintos, sendo o fornecedor terceiro em relação ao dono da obra, daí por que, se aquele não recebe o pagamento pelos materiais entregues na obra, é contra o empreiteiro, em nome de quem foram emitidas as notas, que deve ser ajuizada a ação de cobrança; 3) Ausente previsão contratual e legal, não há solidariedade, vez que essa não se presume. Inteligência do art. 265 do CC; 4) Apelo provido.

Alega o recorrente, pela alínea *a* do permissivo constitucional, violação dos arts. 265 e 422 do CC, aduzindo a existência de solidariedade em contrato de prestação de serviços para construção de shopping, trazendo os seguintes argumentos:

Tanto o Acórdão que Julgou a Apelação quando o Acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração, firmaram entendimento que a solidariedade não existia porque a Cláusula 6.1 do contrato previa anuência do Recorrido e que fixava um teto no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) e porque não foram observados tais parâmetros e condicionantes (fl. 452).

Conforme grifado acima, o Voto da Relatora reconhece que a Cláusula 6.1 do Contrato expressamente prevê a solidariedade dos Recorridos ao dizer que havia permissão (“permitia”).

O argumento utilizado para afastar a solidariedade da Cláusula 6.1 do Contrato de prestação de serviço foi de que não ocorreu a hipótese prevista na cláusula contratual: "... tudo em descompasso com a aludida cláusula contratual".

Portanto, o acórdão violou o art. 265, do Código Civil, pois a solidariedade é prevista no contrato, não cabendo o entendimento de que, por si só, a violação da Cláusula contratual (como ocorreu no caso dos autos por parte dos Recorridos), descaracteriza a solidariedade prevista contratualmente (fl. 452).

Ademais, o acórdão também violou o art. 422 do Código Civil, pois os Recorridos não obedeceram a Cláusula 6.1 do contrato de prestação de serviços, na medida em que, conforme relatado na inicial, todas as faturas (que eram requisitadas em nome do AMAPÁ GARDEN SHOPPING S/A) foram propositadamente pagas em valor acima de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) e sem anuência, o que caracteriza má-fé contratual no sentido de se eximir da responsabilidade pelo pagamento, configurando-se flagrante violação ao artigo 422 do CC, que não foi reconhecida pelo Acórdão.

Ora, desde a Petição Inicial é incontroverso nos autos que as requisições de compra dos materiais de construção eram emitidas pela Recorrida Construtora Tempo para faturamento em nome do Recorrido AMAPÁ GARDEN SHOPPING S/A.

E que a Recorrente entregava os materiais diretamente na obra do Recorrido AMAPÁ GARDEN SHOPPING S/A e recebia os pagamentos.

Essa conduta afronta o princípio da Boa-Fé contratual, consagrado no art. 422 do Código Civil (fl. 453).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 5 do STJ ("A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda reexame de cláusulas contratuais.

Nesse sentido: "E mesmo se superado tal obstáculo, constata-se que a controvérsia foi dirimida pelo Tribunal *a quo* com base na análise e interpretação de cláusulas contratuais, fato esse que impede o exame da questão por esta Corte, em face da vedação prevista na Súmula n. 5/STJ" (AgInt no AREsp n. 1.298.442/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 14/12/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EDcl no REsp n. 1.476.562/RS, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 22/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.278.998/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 20/3/2019; AgInt no AREsp n. 1.297.507/SC, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/2/2019; e AgInt no REsp n. 1.768.401/SP, relatora

Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 4/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente